MARIANA MARTINS FERREIRA

Culpa in contrahendo: uma análise crítica da obra de Jhering

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Alessandro Hirata

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2017

MARIANA MARTINS FERREIRA

Culpa in contrahendo: uma análise crítica da obra de Jhering

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Dr. Alessandro Hirata.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2017

Ferreira, Mariana Martins.

Culpa in contrahendo: uma análise crítica da obra de Jhering./Mariana Martins Ferreira; orientador Alessandro Hirata – São Paulo, 2017.

211 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito. Área de concentração: Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

1. *Culpa in contrahendo*. 2. Rudolf von Jhering. 3. Responsabilidade pré-contratual.

Nome: Ferreira, Mariana Martins

Título: *Culpa in contrahendo*: uma análise crítica da obra de Jhering

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Dr. Alessandro Hirata.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e mentor, Professor Associado Alessandro Hirata, a quem devo e dedico este trabalho, agradeço por me guiar pelo tortuoso percurso da pesquisa científica, desde os meus primeiros passos. Obrigada por me ensinar à melhor maneira “através do direito romano, mas para além dele”.

À minha Família, Adriano Mendes Ferreira, Anúzia e Adriana, que me fizeram quem sou e me proporcionaram todas as condições necessárias para realizar meus sonhos.

À minha melhor metade, Luiz César Lorecchio Catroqui, que incondicionalmente esteve ao meu lado e me carregou quando não tive forças.

Às queridas Camila Silveira Fiatikoski, Elisa Vanzella de Lucena e Paulinne Yoshie Ishikawa, pela amizade e companheirismo. A Arthur Abbade Tronco, pela derradeira e fundamental colaboração bibliográfica.

Ao time De Pádua Advogados, pelos dias que tive de passar longe de nossa escaldante Ribeirão Preto, pelo fomento de minha semanal ponte viária até São Paulo e pelo apoio durante toda esta jornada. A Mateus Alquimim De Pádua, especialmente, pelo voto de confiança na menina de três anos atrás.

Ao Professor Edson Kiyoshi Nacata Junior, que muito gentilmente me apresentou à tradução italiana da obra de Jhering que viria a ser objeto central desta pesquisa.

Às Professoras Kelly Cristina Canella e Flavia Portella Püschel, que, na qualificação desta dissertação, auxiliaram-me diretamente a torná-la o que ela hoje é.

Registro, ainda, meu agradecimento à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Devo homenagem derradeira ao gênio de Rudolf von Jhering, cuja intrincada e universal obra inspira e dá toda a razão de ser a este trabalho.

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” – João Guimarães Rosa

RESUMO

FERREIRA, M. M. *Culpa in contrahendo: análise crítica da obra de Jhering*. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

O famoso artigo de Rudolf von Jhering “*Culpa in contrahendo* ou indenização pelos contratos nulos ou não chegados à perfeição” publicado em 1861 é tido como a “descoberta” jurídica fundante da responsabilidade pré-contratual como atualmente compreendida. Jhering escrevia motivado pela injustiça e inadequação prática da teoria da vontade, segundo a qual eram inválidos os contratos nos quais a vontade fosse proferida em erro, o que impedia a parte prejudicada de obter compensação pelos danos oriundos dessa situação. Buscando nas fontes romanas fundamento para uma ação ressarcitória, Jhering constrói sua *culpa in contrahendo*, que estaria na inobservância de uma *diligentia in contrahendo* no momento anterior à conclusão do contrato, pois aquele que vende tinha o dever de conhecer o objeto vendido de modo a evitar a nulidade do negócio. Afirmou, ainda, que a tutela da parte prejudicada se daria por uma ação de natureza contratual pela qual poderia obter indenização pelo interesse negativo, segundo a conhecida bipartição entre interesse positivo e negativo. O presente trabalho busca revisitar de forma crítica a teoria de Jhering exposta no conhecido artigo, que mais de um século e meio depois permanece verdadeiro clássico da literatura jurídica. Partindo de uma análise minuciosa dos fundamentos invocados por Jhering, com base no conhecimento de sua obra e do contexto metodológico que inspira a teoria, passa-se a refazer o caminho exegético pelas fontes romanas. A partir disso, procede-se a uma apreciação crítica da obra de Jhering, analisando o seu ineditismo no tema, o amparo da teoria no direito romano, a influência do contexto metodológico no desenvolvimento da teoria, a descontinuidade da doutrina posterior, seu insucesso inicial no âmbito prático e o posterior alargamento da *culpa in contrahendo* (dado o âmbito restrito em que fora idealizada e a necessidade de disciplina especificamente da fase das tratativas negociais, não abarcada pela tese de Jhering). Por fim, a partir de um breve panorama do desenvolvimento do tema no direito brasileiro, analisa-se a influência da obra de Jhering na disciplina da responsabilidade pré-contratual no ordenamento pátrio.

Palavras-chave: *Culpa in contrahendo*. Rudolf von Jhering. Responsabilidade pré-contratual.

ABSTRACT

FERREIRA, M. M. *Culpa in contrahendo: a critical take on Jhering's work*. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

The notorious article by Jhering “*Culpa in contrahendo*: or damages in void or non-perfected contracts” published in 1861 is taken as the legal “discovery” that founded precontractual liability as it is understood today. Jhering wrote moved by the injustice and practical inadequacy of will theory, that stated that contracts concluded in error were void, so the party that suffered any losses could not seek damages. Searching in roman sources for a foundation to an action for damages, Jhering builds his *culpa in contrahendo*, which lied in the lack of *diligentia in contrahendo* in the moments that preceded the conclusion of contracts, given that the seller was supposed to fully know the object put in sale in order to avoid contract nullity. He also stated that the protection of the party who suffered losses could take place through an action of contractual nature, by which it was possible to obtain damages for the negative *interest*, according to the known division between negative and positive *interest*. This work aims to revisit, with a critical take, Jhering's theory, a theory that one and a half century later remains a true classic in legal literature. Starting from a thorough analysis of the theory's foundations asserted by Jhering, and based on the knowledge of his work and the methodological context that inspires the theory, we trace back the exegetical path along the roman sources. Thereby, we proceed to a critical analysis of Jhering's article, exploring his originality in the subject, the influence of the methodological context in the development of the theory, the discontinuity promoted by the subsequent doctrine, the theory's initial failure in practice and the following enlargement of *culpa in contrahendo* (given the restricted range of its initial conception and the need for a regulation of negotiations, which were not comprehended in Jhering's theory). Lastly, from a brief outlook on the development of the subject in brasilian law, we then examine the influence of Jhering's article in the regulation of precontractual liability in our legal system.

Key-words: *Culpa in contrahendo*. Rudolf von Jhering. Precontractual liability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 -A <i>CULPA IN CONTRAHENDO</i> DE R. JHERING	21
1.1. O contexto biográfico e metodológico de <i>Culpa in Contrahendo</i>	23
1.2. A “descoberta”da <i>culpa in contrahendo</i> de R. JHERING	32
1.3. A obra	39
1.3.1. O conteúdo imediato das fontes.....	40
1.3.2. A fundamentação da teoria da <i>culpa in contrahendo</i>	45
1.3.3. A casuística da <i>culpa in contrahendo</i> de R. JHERING	52
1.4. Síntese da teoria e seus fundamentos no direito romano	56
CAPÍTULO 2 - EXEGESE: ALGUNS TEMAS INTRODUTÓRIOS	59
2.1. A fundamentação da teoria da <i>culpa in contrahendo</i> em hipóteses de nulidade decorrente da impossibilidade originária do objeto da compra e venda.....	63
2.2. Impossibilidade do objeto no direito romano	66
2.3. A categoria da <i>res extra commercium</i>	69
CAPÍTULO 3 - EXEGESE: REVISITANDO AS FONTES DE R. JHERING.....	75
3.1. A compra e venda de uma <i>res extra commercium</i>	78
3.1.1. Validade do contrato.....	78
3.1.2. O meio de tutela do comprador prejudicado.....	86
3.1.3. O elemento subjetivo do vendedor (dolo ou culpa).....	97
3.2. A venda do <i>liber homo</i> como escravo e sua relação com a disciplina da venda da <i>res extra commercium</i>	112
3.3. A venda da <i>hereditas</i> inexistente	119
3.4. Interesse positivo e interesse negativo.....	122
3.5. Conclusões tiradas da exegese das fontes.....	127
CAPÍTULO 4 - PONDERAÇÕES CRÍTICAS	135
4.1. O ineditismo de R. JHERING: algumas contribuições da doutrina antecedente e o mérito de R. JHERING	135
4.2. O fundamento da teoria da <i>Culpa in contrahendo</i> no direito romano: descoberta ou invenção?	148
4.3. <i>Culpa in contrahendo</i> no contexto metodológico de R. JHERING.....	152
4.4. A descontinuidade da doutrina posterior	155
4.5. A prova da prática e o alargamento da <i>culpa in contrahendo</i>	158
4.6. Uma palavra sobre o impacto da <i>culpa in contrahendo</i> no direito brasileiro.....	165
CONCLUSÕES	189
BIBLIOGRAFIA	195
ÍNDICE DAS FONTES.....	209

INTRODUÇÃO*

Após ser recebido pelo espírito Psychophorus, o guia das almas, R. JHERING encontra no Céu dos Conceitos todos os conceitos jurídicos dos quais se ocupou em vida, que, em sua completa e imaculada pureza e sua beleza ideal, respondiam a todas as questões que ele já buscara resolver¹.

No Céu dos Conceitos, reinava sempre noite profunda, pois o sol é fonte de vida e os conceitos não se adaptavam à vida². Os conceitos não toleravam contato com a realidade e viviam no mundo do pensamento abstrato, sendo formados e reproduzidos a partir de si mesmos por um processo lógico³. Perambulando pelo salão dos conceitos, vislumbravam-se as conhecidas figuras da mora, propriedade, obrigação, dolo, contrato, posse⁴.

O aparato para a construção dos conceitos consistia de máquinas jurídicas surpreendentes, como a prensa dialético-hidráulica, que permitia extrair a interpretação das fontes romanas e a broca dialética, que possibilitava penetrar nas questões difíceis⁵.

Lá não eram admitidos os práticos, apenas os teóricos, que já estão habituados à escuridão: quanto mais obscura a matéria, maior é o fascínio teóricos. Afinal, que interesse

* Este trabalho adota o modelo de citação franco-italiano, na esteira de E. C. SILVEIRA MARCHI, acreditando ser o mais adequado à ciência jurídica. Permitimo-nos citar os juristas pátrios segundo o nome pelo qual são conhecidos na comunidade jurídico-científica brasileira, com a possibilidade excepcional de menção ao prenome por extenso em alguns casos (v. *Guia de Metodologia Jurídica - Teses, Monografias e Artigos*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 160-165 e 180). Na citação direta de textos em língua estrangeira, observou-se a grafia empregada originalmente pelos autores à época de publicação da edição consultada. As fontes romanas citadas foram traduzidas para o português, com base no original em latim (extraído de www.thelatinlibrary.com) e nas obras de A. WATSON, *The Digest of Justinian*, v. 1-4, 2ª ed., Philadelphia, University of Pennsylvania, 1998; I. GARCÍA DEL CORRAL, *Cuerpo del Derecho Civil – á doble texto, traducido al castellano del latino*, t. I-VI, Barcelona, Jaime Molinas, 1889-1898; e A. CORREIA – G. SCIASCIA – A. A. CASTRO CORREIA, *Manual de direito romano – Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino*, v. 2, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1955. Também serviu de grande auxílio na tradução e compreensão das fontes, a obra de Dárcio Roberto Martins RODRIGUES e Hécio Maciel França MADEIRA, *Introdução ao latim jurídico – Lucerna Iuris*, São Paulo, Quartier Latin, 2005. A obra de R. JHERING que foi base para este trabalho (*Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfektion gelangten Verträgen*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* IV (1861), pp. 1-112) será sempre citada no seu original em alemão, tendo auxiliado os trabalhos as traduções para o italiano e para o português, respectivamente: F. PROCCHI, *Della culpa in contrahendo ossia del ressarcimento del danno nei contratti nulli o non giunti a perfezione*, Napoli, Jovene, 2005 (versão bilíngue) e P. MOTA PINTO, *Culpa in contrahendo, ou Indemnização nos contratos nulos ou não chegados à perfeição*, Coimbra, Almedina, 2008.

¹ *Im juristischen Begriffshimmel. Ein Phantasiebild*, in *Scherz und Ernst in der Jurisprudenz: Eine Weihnachtsgabe f. d. juristische Publikum*, Leipzig, Breitkopf & Härtel, 1884, pp. 245-333. Cfr. trad. it. de G. LAVAGGI, *Serio e facetto nella giurisprudenza*, Firenze, Sansoni, 1954, pp. 271-338.

² *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 250-251.

³ *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 252-253.

⁴ *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 277-282.

⁵ *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 258-263.

teria a história do direito romano se as fontes romanas lhe trouxessem uma resposta clara e definitiva? O que seriam das lições de direito romano se o Digesto não tivesse incertezas interpretativas?⁶

R. JHERING, assombrado, conclui que não desejava passar sua eternidade nesse artificial firmamento conceitual e Psychophorus concorda que ele realmente ali não se encaixava, principalmente por ter questionado, em vida, o fundamento prático e histórico dos assuntos de que tratava. Remetido, então, ao Céu dos Práticos, R. JHERING encontra luz e vida. Repentinamente, acorda e se vê deitado em um divã, adormecido sobre um estudo de direito romano em uma tarde de verão⁷.

A alegoria do Céu dos Conceitos foi elaborada por R. JHERING em um período de sua obra em que, ainda que com humor, ele tecia uma crítica ácida à chamada jurisprudência dos conceitos (*Begriffsjurisprudenz*) e, fazendo-o, criticava a si próprio, tendo até então trilhado sua carreira sob a influência desse método, no seio da Escola Histórica e da Pandectística.

Com efeito, a trajetória metodológica de R. JHERING passou por uma ruptura ou uma virada (*Wendung*) de uma visão conceitualista artificial para o caráter instrumental do direito. R. JHERING transitou entre extremos: da defesa da criação dos conceitos jurídicos a partir da combinação de elementos de forma lógica⁸, ele passou à proclamação de que a vida não é o conceito, mas antes os conceitos existem por causa da vida⁹.

Objeto de nossa análise, o famoso artigo de R. JHERING “*Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfektion gelangten Verträgen*”¹⁰” (*Culpa in contrahendo*, ou indenização nos contratos nulos ou não chegados à perfeição) foi publicado em 1861 e traz em si as marcas desse percurso, pois escrito exatamente no momento de transição entre esses momentos metodológicos do autor.

⁶ *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 250-251.

⁷ *Im juristischen Begriffshimmel cit.*, pp. 309-316.

⁸ “*Durch Combination der verschiedenen Elemente kann die Wissenschaft neue Begriffe und Rechtssätze bilden; die Begriffe sind productiv, sie paaren sich und zeugen neue*” (*Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, I, Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1852, p. 29).

⁹ “*Das Leben ist nicht der Begriffe, sondern die Begriffe sind des Lebens wegen da*” (*Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, III 1, Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1865, §59, pp. 302-303).

¹⁰ R. JHERING, *Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfection gelangten Verträgen*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* I (1861), pp. 1-112.

O fim precípua da obra era buscar solução para a seguinte questão: a parte que cometeu um erro ao celebrar um contrato (e com isso o levou à nulidade) responde pelo dano causado à outra parte por sua própria culpa?¹¹

Segundo a teoria da vontade (*Willenstheorie*), então dominante no pensamento jurídico germânico¹², eram inválidos os contratos nos quais a vontade fosse proferida em erro, o que impedia a parte prejudicada de obter compensação pelos danos sofridos com o negócio não aperfeiçoado¹³.

A injustiça e inadequação às necessidades do comércio decorrentes da ausência de tutela para essa situação fizeram que com R. JHERING¹⁴ buscasse, nas fontes romanas, o fundamento teórico de uma ação para a parte prejudicada pela conclusão de contrato que restou nulo obtivesse o ressarcimento de seus prejuízos. A questão levantada por R. JHERING realmente evidenciava os limites da construção pandectista, cuja clareza conceitual por vezes sufocava as exigências concretas de justiça¹⁵.

A descoberta de R. JHERING (“*Fund*”, como ele próprio dizia) estaria em encontrar o meio de tutela à parte prejudicada pelo negócio nulo já previsto nas fontes romanas¹⁶. R. JHERING¹⁷ invocou fontes relacionadas à compra e venda de coisas fora do comércio (Mod. 5 *reg.*, D. 18, 1, 62, 1 e Inst. 23, 3, 5 Ulp. 25 *ad ed.*, D. 11, 7, 8, 1) e de uma herança inexistente (Iav. 2 *ex plaut.*, D. 18, 4, 8 e Paul. 33 *ad ed.*, D. 18, 4, 9), as quais mostravam que era concedida ação de natureza contratual nos casos em que o comprador era enganado (*deceptus*) sobre essa característica prejudicial do bem que adquiria, a despeito de o contrato ser inválido¹⁸.

¹¹ *Culpa in contrahendo cit.*, p. 2.

¹² F. PROCCHI, *Roman contracts and the construction of fault in their formation*, in *Obligations*, in T. A. J. MCGINN (ed.), *Roman Law: Past, Present and Future*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2012, p. 77.

¹³ F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, v. 3, Berlin, Veit und Comp., 1840, §§ 135 e 138, pp. 263-267; e 294.

¹⁴ *Culpa in contrahendo cit.*, p. 15.

¹⁵ “La questione era tale da evidenziare, in pienezza, i limiti delle ricostruzioni pandettistiche, la cui chiarezza concettuale spesso sfociava in un soffocamento esplicito delle concrete esigenze di giustizia: infatti era contrario a queste esigenze non attribuire un mezzo di tutela a chi avesse subito un pregiudizio da un comportamento altrui colpevole, tenuto in occasione della formazione del contratto” (A. BARRETA, *La responsabilità precontrattuale*, in D. MARINELLI-A. BARRETA, *Studio sulle figure giuridiche della responsabilità*, Roma, Aracne, 2012, p. 13).

¹⁶ “Der wichtigste Fund von allen aber war mir der, dass das römische Recht selbst in zwei Fällen” (*Culpa in contrahendo cit.*, p. 8).

¹⁷ *Culpa in contrahendo cit.*, pp. 17-39.

¹⁸ *Culpa in contrahendo cit.*, p. 29.

A *culpa in contrahendo*, na concepção de R. JHERING¹⁹, estaria na ignorância de um fato relacionado ao objeto da venda que a torna nula e decorreria da inobservância de uma *diligentia in contrahendo*, a ser observada antes mesmo da conclusão do contrato, pois aquele que vende tinha o dever de conhecer o objeto vendido. A culpa foi o elemento unificador necessário à construção de um princípio geral de ressarcimento da parte prejudicada nos contratos nulos (até então inexistente) a partir de uma generalização dessas hipóteses específicas das fontes.

Mais de um século e meio depois, o texto pode certamente ser considerando como um verdadeiro clássico e, como coloca P. MOTA PINTO²⁰, representa a origem da figura da *culpa in contrahendo*, a qual, porém, ainda receberia diversas reformulações e passaria por “vicissitudes várias” até a atual formatação da responsabilidade pré-contratual.

Da maneira como foi teorizada, *Culpa in contrahendo* pode não ter atingido a finalidade prática desejada à época, além de ter sido alvo de críticas e distanciamento da doutrina e dos desenvolvimentos posteriores do tema. Ademais, o próprio elemento que era o alicerce da teoria (a culpa) seria posteriormente reconhecido pelo próprio R. JHERING como insuficiente²¹.

Sua posição de destaque na ciência jurídica deve, pois, ser temperada por uma revisitação crítica da teoria, hoje apenas citada como precedente histórico da responsabilidade pré-contratual ou ainda como a “sensacional descoberta”²² de R. JHERING. Como bem observou F. PROCCHI²³, o intérprete moderno deve partir de um ponto de vista crítico e proceder a uma reconsideração do artigo de R. JHERING de modo a examinar sua influência na responsabilidade pré-contratual como atualmente compreendida.

Assim, passando pela vida, obra e contexto metodológico de R. JHERING, analisaremos de forma aprofundada sua *culpa in contrahendo* para, a seguir, refazer de forma mais ampliada o caminho exegético que o permitiu escorar sua tese nas fontes romanas. Apesar de R. JHERING retratar uma interpretação fácil das fontes romanas,

¹⁹ *Culpa in contrahendo cit.*, pp. 35; 43.

²⁰ Nota introdutória, in *Culpa in contrahendo, ou Indemnização nos contratos nulos ou não chegados à perfeição*, Coimbra, Almedina, 2008, p. v.

²¹ R. JHERING, *Das Schuldmoment im römischen Privatrecht. Eine Festschrift*, Gießen, Emil Roth, 1867, p. 38, nt. 73.

²² Cfr. Item 4.2 do Capítulo 4 infra.

²³ *Roman contracts cit.*, pp. 76-77.

lembramos a imagem de J. L. MURGA²⁴ acerca do tema, afirmando que, da forma como tratado no Digesto, tem-se verdadeiro um labirinto de Creta, no qual é difícil encontrar o fio salvador de Ariadna.

A partir disso, será possível proceder, com maior propriedade, a uma apreciação crítica da obra, analisando o seu ineditismo no tema e o amparo da teoria no direito romano. Ademais, entendendo a influência do contexto metodológico no desenvolvimento da teoria, indagaremos se *culpa in contrahendo* pode ter sido condenada a ser mais um fantasma no Céu dos Conceitos, construído a partir de suas engenhosas máquinas.

Isso porque verificaremos a descontinuidade da doutrina posterior, seu insucesso inicial no âmbito prático e o posterior alargamento da *culpa in contrahendo* dado o âmbito restrito em que fora inicialmente idealizada e a necessidade de disciplina especificamente da fase das tratativas negociais, não compreendida na teoria de R. JHERING.

Ao final, observaremos uma breve evolução do tema no direito brasileiro para aferir a medida da influência da obra de R. JHERING em nossa disciplina da responsabilidade pré-contratual.

²⁴ *Nulidad o ilicitud en la enajenacion de las "res sacrae"*, in *Anuario de Historia Del Derecho Español* 41 (1971), p. 610.

CONCLUSÕES

Na presente dissertação, buscamos revisar o famigerado artigo de R. JHERING “*Culpa in contrahendo, ou indenização nos contratos nulos ou não chegados à perfeição*”, referência universal e atemporal, quase obrigatória, no tratamento da figura da responsabilidade pré-contratual até os tempos atuais.

No Capítulo 1 procuramos explorar o conjunto da obra de R. JHERING e o contexto metodológico em que “*Culpa in contrahendo*” foi elaborado. Verificamos que o autor teve seu desenvolvimento acadêmico sob influência direta da Escola Histórica e da Pandectística. Todavia, R. JHERING passaria a questionar seus métodos e acaba passando por verdadeira virada metodológica, abandonando a artificialidade da jurisprudência dos conceitos para valorizar a finalidade prática do direito e os ideais de justiça.

Em seguida, analisamos de forma aprofundada a teoria em si, partindo das motivações de R. JHERING em elaborá-la (necessidade de solução prática para uma injustiça decorrente da teoria da vontade, então imperante) até os seus fundamentos no direito romano.

Explicitamos com detalhamento toda a construção feita por R. JHERING baseada no conteúdo evidente das fontes romanas (Mod. 5 *reg.*, D. 18, 1, 62, 1 e Inst. 23, 3, 5, sobre compra e venda de coisas sagradas, religiosas ou públicas; Ulp. 25 *ad ed.*, D. 11, 7, 8, 1, sobre venda de coisas religiosas; e Iav. 2 *ex plaut.*, D. 18, 4, 8 e Paul. 33 *ad ed.*, D. 18, 4, 9, sequência de fragmentos acerca da venda de uma herança inexistente), que, em sua leitura, mostravam ser possível a concessão de uma ação contratual para a tutela da parte prejudicada em contratos nulos para obtenção de ressarcimento pelo interesse negativo.

Passamos, ainda, pelos conceitos de *culpa in contrahendo* e *diligentia in contrahendo* (dever daquele que vende sem conhecer o objeto e evitar a nulidade do contrato) e da bipartição entre os interesses positivo e negativo.

Analisamos, ainda no Capítulo 1, a concepção da *culpa in contrahendo*, tendo a culpa como elemento unificador para tornar regra geral a reparação da parte prejudicada nos contratos nulos, além da aplicação casuística desse novo princípio a outras situações práticas (nem sempre perfeita, pois casos houve em que o próprio R. JHERING reconheceu a falha da teoria, como no caso de morte do proponente).

Em seguida, no Capítulo 2, fornecemos alguns conceitos basilares para retomar a exegese de R. JHERING das fontes que fundaram sua *culpa in contrahendo*, tais como o fato

de a teoria não se basear em hipóteses de erro, e sim de impossibilidade inicial da obrigação, passando a explanar a configuração da impossibilidade de objeto no direito romano e a categoria da *res extra commercium*.

No Capítulo 3, adentramos na exegese das fontes citadas por R. JHERING e dos temas que essas abarcavam, analisando a compra e venda de uma *res extra commercium* e suas consequências (invalidade do contrato), meio de tutela da parte prejudicada e elemento subjetivo do vendedor a ensejar essa tutela, além da venda do homem livre como escravo, de uma herança inexistente e da bipartição entre interesse positivo e negativo. Revisitando o percurso interpretativo das fontes, pudemos aferir que estas foram objeto de dúvidas e entendimentos opostos dentre os romanistas.

Com relação à nulidade da venda de uma coisa fora do comércio no direito romano, atestamos com apoio em doutrina mais recente o acerto de R. JHERING ao afirmar que a nulidade contratual não significava necessariamente a ausência de produção de quaisquer efeitos, apenas dos efeitos principais da obrigação (entrega da coisa vendida, pagamento do preço), permanecendo a ação contratual para ressarcimento dos prejuízos.

Já no que concerne à tutela do comprador prejudicado, constatamos que o direito romano permitia o manejo de uma *condictio* para que o preço já pago fosse devolvido, além de um meio para obtenção do interesse do comprador (o interesse em não ser enganado de que falavam as fontes).

Inicialmente, duas ações se mostraram cabíveis, *actio in factum* (Ulp. 28 *ad sab.*, D. 11, 7, 8, 1) e *actio empti* (Mod. 5 *reg.*, D. 18, 1, 62, 1 e Inst. 3, 23, 5), e os textos demonstravam uma evolução do direito romano e de posicionamento dos jurisconsultos. Vimos que R. JHERING não se preocupou em explicar a discrepância nos textos, que teve muitas páginas dedicadas por romanistas até mais recentemente.

Percebemos, também, que R. JHERING empregou a culpa como a “ponte” que permitiria estender a proteção de sua *culpa in contrahendo* para além das hipóteses específicas das fontes, como regra geral (que até então inexistia).

R. JHERING se ancorava no sentido da expressão *decipere* que se mostrava nas fontes fundantes da teoria, porém verificamos, com a análise da doutrina romanista e de outros fragmentos que apresentavam o termo, que, por vezes, *decipere* tem o sentido ativo de enganar e, em alguns casos, implicava responsabilidade do vendedor mesmo que desconhecesse as circunstâncias prejudiciais (mas não necessariamente implicando culpa),

ou ainda com um sentido mais objetivo de se “cair em engano”, sem intenção ou culpa da outra parte. Tampouco nos textos que tratavam da venda do homem livre, que R. JHERING também invoca como aplicação de sua *culpa in contrahendo*, vislumbrava-se textualmente expressa a culpa do vendedor.

Passamos também pela venda da herança inexistente e pela diferenciação entre interesse positivo e interesse negativo, colocando sob ótica crítica tanto a afirmação de R. JHERING de que as fontes previam apenas a tutela do interesse negativo para os contratos nulos, bem como a própria existência dessa bipartição artificial no direito romano.

Assim, a partir da revisão da exegese de R. JHERING, pudemos concluir que o autor partia de alguns fundamentos válidos e acertados, mas a partir deles deu um passo largo para elaborar o seu princípio da responsabilidade por *culpa in contrahendo*, que tinha como um de seus pontos de maior fragilidade o seu alicerce principal: a culpa.

Percebemos, pelo texto de R. JHERING e pela análise das fontes, como o autor direcionou e subordinou toda a sua interpretação dos textos romanos a um resultado que ele próprio já havia definido, o que poderia ser explicado pela tensão de métodos que permeou a teoria.

P. MOTA PINTO⁹⁷¹ bem resume a sensação transmitida pela obra ao observar que R. JHERING parte de um resultado e “procura fundamentá-lo ultrapassando para tal todos os obstáculos, desde a insuficiência das bases positivas até à (confessada) ‘violentação’ da noção de culpa”.

Por fim, no Capítulo 4, a partir das bases lançadas nos Capítulos 1 (em que apresentamos método e obra), 2 (no qual foram trazidos conceitos iniciais para a exegese das fontes) e 3 (no qual refizemos o caminho exegético das fontes e temas abarcados pela teoria de R. JHERING), pudemos tecer algumas ponderações de caráter crítico acerca da teoria da *culpa in contrahendo*.

Em primeiro lugar, buscamos a doutrina anterior a R. JHERING diante de seu ineditismo anunciado e de sua denúncia quanto à insuficiência dos estudos anteriores. Destacando alguns contributos relevantes para os temas abordados por R. JHERING, aos quais o autor não deu importância (especialmente Cuiacius, Donellus e H. RICHELMANN), pudemos concluir que, embora não se tratasse de tema tão novo assim, coube realmente a

⁹⁷¹ Nota introdutória cit., p. XVI.

R. JHERING o mérito de sistematizar o estudo da questão e chamar atenção à relevância do problema até então pouco discutido.

Em seguida, analisamos o fundamento da teoria da *culpa in contrahendo* no direito romano, colocando em questão se ela seria uma descoberta ou uma invenção de R. JHERING, sobretudo pela fragilidade do elemento culposo na construção da teoria, insuficiência que o próprio R. JHERING posteriormente reconheceria.

Também pudemos apreciar criticamente o perfil metodológico de “*Culpa in contrahendo*” e concluímos que, apesar de expressamente movido por um senso de justiça, R. JHERING ainda não conseguira se desapegar da lógica Pandectística, o que pôde ser vislumbrado: (i) quando afirma que estava empreendendo a construção de um fundamento teórico para a *culpa in contrahendo*; (ii) quando anuncia como seu fim precípua encontrar nas fontes romanas fundamento para sua argumentação; e (iii) na própria estruturação da tese, ao partir de um problema, buscar os conceitos e fundamento nas fontes e deduzir uma lógica e um princípio a partir deles, criando um novo conceito.

Como conceito que não tolerou contato com a realidade, formado e reproduzido a partir de um processo lógico, também pudemos ponderar que a *culpa in contrahendo* de R. JHERING pode não ter logrado alcançar a sua finalidade última, que era ser uma solução eficaz para a prática.

Passamos, então, a observar a descontinuidade da doutrina imediatamente posterior a R. JHERING, que buscava outros fundamentos e outros contornos para o problema, o insucesso da teoria na prática dos tribunais, além do processo de alargamento pelo qual passaria a *culpa in contrahendo* em diversos ordenamentos europeus, desprendendo-se do âmbito restrito dos contratos nulos, tal qual idealizada por R. JHERING, para abranger a responsabilidade na fase pré-contratual (negociações) até se tornar a responsabilidade pré-contratual como atualmente concebida.

Por derradeiro, observamos um panorama da evolução do tema no direito brasileiro desde o Código Civil de 1916, com foco especial na influência da teoria de R. JHERING, concluindo que a *culpa in contrahendo* em sua forma mais restrita acabou se manifestando em alguns dispositivos esparsos dos Códigos de 1916 e de 2002 e que o problema central da *culpa in contrahendo* de R. JHERING (a indenização pelos contratos inválidos em razão de erro de uma das partes) perdeu relevância diante de previsão expressa, em ambos os Códigos, quanto à restituição das partes ao estado anterior ou indenização equivalente.

Ademais, verificamos que o uso da denominação “*culpa in contrahendo*” permanece como tradição, a despeito de a responsabilidade pré-contratual de hoje já não corresponder à figura criada por R. JHERING, por abranger a ruptura das negociações e ter fundamento na boa-fé objetiva. Também pudemos observar que os tribunais pátrios ainda se utilizam da diferenciação entre interesse positivo e interesse negativo, afirmando que a indenização em sede de responsabilidade pré-contratual se dá pelo interesse negativo, como R. JHERING.

Vimos, por fim, a recente (apesar de controvertida) afirmação da natureza contratual da responsabilidade pré-contratual em julgado do Superior Tribunal de Justiça, a mesma natureza que lhe atribuíra R. JHERING (embora R. JHERING o fizesse em virtude da ausência de uma regra geral de responsabilidade civil, o que não ocorre no direito brasileiro).

Destarte, a partir de nossa análise crítica da obra “*Culpa in contrahendo*” de R. JHERING, desde suas origens até suas reminiscências atuais em matéria de responsabilidade pré-contratual, podemos afirmar, com P. MOTA PINTO⁹⁷², que ainda que não tenha sido uma verdadeira “descoberta jurídica”, o artigo é inequivocamente “um dos escritos de doutrina jurídica mais célebres”, fazendo de “algo que fosse inteiramente desconhecido, pelo menos um marco notável”.

Também concordamos com A. MENEZES CORDEIRO⁹⁷³ quando destaca que R. JHERING buscava justamente chamar a atenção da ciência do direito para a “necessidade de complementação juspositiva” quanto à formação dos contratos e, assim, lançou um pré-entendimento de fenômeno que ainda se mantém. A sua intuição, como destaca Eva S. MOREIRA DA SILVA⁹⁷⁴, estava correta: as partes devem adotar um comportamento leal e honesto no período que antecede a conclusão do contrato.

Em uma de suas obras finais e marcantes da fase final de seu pensamento, R. JHERING declarava ter respirado o ar de seu tempo e ter colhido a sua teoria histórico-social que pendia tal qual fruto maduro na árvore do tempo⁹⁷⁵. Escrito justamente no período de

⁹⁷² Nota introdutória cit., p. XVII.

⁹⁷³ Da boa-fé cit., p. 532.

⁹⁷⁴ Da responsabilidade pré-contratual cit., p. 18.

⁹⁷⁵ “Ich habe die Luft meiner Zeit eingeathmet, ohne im Stande gewesen zu sei, über jeden Athemzug Buch zu führen, ich weiss nur, dass ich alles was ich zu geben im Stande bin, der Zeit verdanke, in der ich lebe, und ich fühle mich nur als den Punkt, in dem Gedankenstoff der Zeit vorübergehend persönliche Gestalt angenommen hat. Die geschichtlich-gesellschaftliche Theorie, die ich zu begründen gedenke, hing reif am Baume der Zeit, mir erübrigte nur, die reife Frucht zu brechen, womit freilich nicht gesagt sein soll, dass es

transição metodológica de R. JHERING, talvez “*Culpa in contrahendo*” tenha sido fruto colhido ainda verde, mas é certo que o trabalho da ciência jurídica vindoura acabaria suprimindo esse necessário amadurecimento até a sua concretização na hoje denominada responsabilidade pré-contratual, uma tutela fundamental à segurança do tráfego negocial, da confiança e da boa-fé nas fases anteriores à formação do contrato, que, sem dúvida, deve sua existência à insatisfação de R. JHERING com o pensamento à sua época dominante.

dazu nur des Handausstreckens bedurft hätte - ohne Leitern und Klettern ist es dabei nicht hergegangen” (Der Zweck im Recht cit., p. 176).

BIBLIOGRAFIA

ACCURSIUS, *Digestum vetus, seu Pandectarum Iuris Civilis – Ex Pandectis Florentinis, qua olim Pisan dicebantur, quoad rursus fieri potuit, representatus: Commentariis Accursii, et multorum insuper aliorum tam veterum quam neotericorum iureconsultorum scholiis atque observationibus illustratus*, t. I, 1569.

AGUIAR DIAS, José de, *Da responsabilidade civil*, v. I, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1973.

ALMEIDA COSTA, Mario Julio de, *Responsabilidade civil pela ruptura das negociações preparatórias de um contrato*, Coimbra, Coimbra, 1984.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo, *La compravendita in diritto romano*, v. 1, Napoli, Jovene, 1961.

_____, *La compravendita in diritto romano*, v. 2, Napoli, Jovene, 1963.

ARÉVALO, Eva Maria Pólo, *Consideraciones em torno a la res quae publicis usibus destinatae sunt*, in SOLA, Pedro Resina (coord./ed.), *Fundamenta Iuris., Terminología, Principios e Interpretatio*, Almería, Universidad de Almería, 2012, pp. 167-178.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de, *A boa-fé na formação dos contratos*, in *Revista de Direito do Consumidor* 3 (1992), pp. 415-423.

_____, *Negócio jurídico – Existência, validade e eficácia*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

_____, *Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum*, in *Revista de Direito do Consumidor* 18 (1996), pp. 23-31.

BÄHR, Otto von, *Zur Cessionslehre*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* I (1857), pp. 351-502.

BEHRENDTS, Okko, *Rudolf von Jhering mediatore fra diritto romano e diritto moderno in momento de grande rottura culturale*, in *Rivista di Diritto Romano* III (2003), pp. 1-19, Disponível em < <http://www.ledonline.it/rivistadirittoromano/>>.

BENATTI, Francesco, *La responsabilità precontrattuale*, Milano, Giuffrè, 1963.

BEN-DROR, Yoav, *The perennial ambiguity of culpa in contrahendo*, in *The American Journal of Legal History* 27 (1983), pp. 144-198.

BERGER, Adolf, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Clark, The Law Book Exchange, 2004.

BIONDI, Biondo, *Beni fuori commercio*, in *Novissimo Digesto Italiano* II (1958), pp. 354-355.

BOBBIO, Norberto; MORRA, Nello (comp.), *Il positivismo giuridico: lezioni di filosofia del diritto*, 1961, trad. port. de PUGLIESI, Márcio; BINI, Edson; e RODRIGUES, Carlos E., *O positivismo jurídico – Lições de filosofia do direito*, São Paulo, Ícone, 2006.

BONFANTE, Pietro, *Corso di diritto romano*, v. 4 (*Le obbligazioni*), Milano, Giuffrè, 1979.

_____, *Corso di diritto romano*, v. 2 (*La proprietà*), pt. 1, Milano, Giuffrè, 1966.

BREBBIA, Roberto H., *Responsabilidad precontractual*, Rosario, Victor P. De Zavalía, 1957.

BUCCI, Alessandro, *La vicenda giuridica dei beni ecclesiastici della Chiesa*, Cerro al Volturno, Volturnia, 2012.

BÜRGE, Alfons, *Römisches Privatrecht – Rechtsdenken und Gesellschaftliche Verankerung - Eine einföhrung*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991.

BUSARELLO, Raulino, *Dicionário Básico Latino-português*, 7ª ed., Florianópolis, UFSC, 2012.

CAPPELARI, Récio Eduardo, *Responsabilidade pré-contratual (aplicabilidade ao direito brasileiro)*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1995.

CAPPELLETTI, Mauro; MERRYMAN, John Henry; PERILLO, Joseph M., *The italian legal system: an introduction*, Standford, Standford University, 1967.

CASTANHEIRA NEVES, Antonio, *Digesta*, v. 2, Coimbra, Coimbra, 2010.

CASTRO CORREIA, Alexandre Augusto de, *Ihering (1818-1892) - Em comemoração aos cem anos de sua morte*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 87 (1992), pp. 15-21.

CAVALIERI FILHO, Sérgio, *Programa de Responsabilidade Civil*, 10ª ed., São Paulo, Atlas, 2012.

CHAVES, Antônio, *Responsabilidade pré-contratual*, Tese (titularidade), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.

COLACINO, Vincenzo, *Actio de dolo*, in *Novissimo Digesto Italiano* I (1957), p. 259

- CORDEIRO, Antonio Manuel da Rocha e Menezes, *Da boa-fé no direito civil*, Coimbra, Almedina, 2013.
- CORREIA, Alexandre, SCIASCIA, Gaetano, e CASTRO CORREIA, Alexandre Augusto de, *Manual de direito romano – Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino*, v. 2, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1955.
- CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano, *Manual de Direito Romano e textos em correspondência com o Código Civil Brasileiro*, v. 1, 3ª ed., São Paulo, Saraiva, 1957.
- COUTO E SILVA, Clóvis V., *A obrigação como processo*, Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- CUENA BOY, Francisco, *D. 45.1.83.5 (Paul. 72 ad ed.) y D. 46.3.98.8 (Paul. 15 quaest.): análisis y comparación*, in *AFDUC* 13 (2005), pp. 451-469.
- _____, *La idea de rerum natura como criterio básico de la imposibilidad física de la prestación*, in *RIDA* 40 (1993), pp. 227-262.
- CUIACIUS, Jacobus, *Recitationes solemnes*, in *Operum Postumorum quae de iure reliquit*, t. IV, Impensis Societatis Typographicae Librorum Officii Ecclesiastici, 1658.
- D'AMATI, Laura, *La compravendita dela 'res in potestate hostium'*, in GAROFALO, Luigi (ed.), *La compravendita e l'interdipendenza dele obbligazioni nel diritto romano*, t. I, Milano, CEDAM, 2007, pp. 379-411.
- DAUBE, David, *Lectures on Sale D. 18.1 1-24 – Lecture No. 3 (excerpt: MS 21-28)*, in METZGER, Ernst (ed.), *David Daube: a centenary celebration*, Glasgow, Traditio Iuris Romani, 2010, pp. 119-126.
- DEPERON, Mariana Pazianotto, *Responsabilidade civil pela ruptura ilegítima das tratativas*, Curitiba, Juruá, 2009.
- DOMAT, Jean, *Les loix civiles dans leur ordre naturel*, t. I, Paris, Drlalain, 1777.
- DONELLUS, Hugo, *Commentarii de Iure Civili*, 6ª ed., Nürnberg, Bauer et Raspe, 1824.
- ECO, Umberto, *Come si fa una tesi di laurea – Le materie umanistiche*, Milano, Tascabili Bompiani, 2001.
- ESPÍNOLA, Eduardo, *Sistema do direito civil brasileiro*, v. II, t. I, 2ª ed., São Paulo, Freitas Bastos, 1944.
- EVANS-JONES, Robin, *The origins of Justinian's Institutes 3.23.5*, in *The Cambridge Law Journal* (1994), pp. 473-479.

EVANS-JONES, Robin; MACCORMACK, Geoffrey, *The sale of res extra commercium in Roman Law*, in ZSS 112 (1995), pp. 330-351.

FABER, Antonius, *Rationalia in secundam partem Pandectarum*, Petrum & Iacobum Chouet, 1626.

_____, *Rationalium in tertiam partem Pandectarum*, t. V, Aurelianae, Sumptibus Haeredum Petri de la Rouiere, 1626.

FAGGELLA, Gabriele, *Dei periodi precontrattuali e della loro vera ed esatta costruzione scientifica*, in *Studi Giuridici in onore di Carlo Fadda per XXV anno del suo insegnamento*, v. II, Napoli, 1906, pp. 271-342.

FAVA (ed.), Pasquale, *Il contratto – Trattato teorico-pratico*, Milano, Giuffrè, 2012.

FOSCHINI, Gaetano, *Istituzioni di diritto civile romano ed italiano*, Napoli, Ernesto Anfossi, 1882.

FRITZ, Karina Nunes, *Boa-fé objetiva na fase pré-contratual: a responsabilidade pré-contratual por ruptura das negociações*, Curitiba, Juruá, 2008.

_____, *A responsabilidade pré-contratual por ruptura injustificada das negociações*, in RT 883 (2009), pp. 9-56.

GADAMER, Hans-Georg, *Wahrheit und Methode*, 1960, trad. port. de MEURER, Flávio Paulo, *Verdade e método*, Petrópolis, Vozes, 1997.

GARCÍA DEL CORRAL, Ildefonso, *Cuerpo del Derecho Civil Romano*, t. I-VI, Barcelona, Jaimes Molinas, 1889-1898.

GAROFALO, Luigi, *Studi sull'azione redibitoria*, Milano, CEDAM, 2000.

GENOVESE, Mario, *Res e relative qualifiche in rapporto al commercium*, in *Studi per Giovani Nicosia*, v. 1, Milano, Giuffrè, 2007, pp. 87-148.

GLÜCK, Christian Friedrich von, *Ausführliche Erläuterung der Pandecten nach Hellfeld*, XVI.1, Erlangen, 1814.

GOGLIANO, Daisy, *Tratativas pré-contratuais: bases de uma teoria*, Tese (Livre Docência), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

GROSSO, Giuseppe, *Corso di diritto romano. Le cose*, in *Rivista di Diritto Romano I* (2001), pp. 1-137. Disponibile em <<http://www.ledonline.it/rivistadirittoromano/>>.

GROTIUS, Hugo, *De iure belli ac pacis*, III, 2ª ed., Amsterdam, Guilielmum Blaeuw, 1631.

GRÜN, Mary, *A eficácia dos documentos pré-contratuais*, Dissertação (Mestrado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

GUARINO, Antonio, *Diritto Privato Romano*, 12^a ed., Napoli, Jovene, 2001.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares, *A boa-fé nas negociações preliminares*, in *Revista de Direito Civil* 16 (1981), pp. 62-66.

HESPANHA, António Manuel, *Cultura jurídica europeia – síntese de um milênio*, Coimbra, Almedina, 2015.

HIRATA, Alessandro, *Relações contratuais fáticas*, Tese apresentada para Concurso para Professor Titular junto ao Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

HOFMANN, Hasso, *From Jhering to Radbruch: on the logic of traditional legal concepts to the social theories of law to the renewal of legal idealism*, in CANALE, Damiano, et al (ed.), *A Treatise of Legal Philosophy and General Jurisprudence – A history of the Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600-1900*, v. 9, Dordrecht, Springer, 2009.

HONSELL, Heinrich, *Quod interest im bonae-fidei-iudicium – Studien zum römischen schadensersatzrecht*, München, Beck, 1969.

IMPALLOMENI, Giambattista, *Edictum Aedilium Curulium*, in *Novissimo Digesto Italiano* VI (1960), pp. 372-375.

JHERING, Rudolf von, *Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfektion gelangten Verträgen*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* IV (1861), pp. 1-112.

_____, *Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfektion gelangten Verträgen*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* IV (1861), pp. 1-112, trad. it. de PROCCHI, Frederico, *Della culpa in contrahendo ossia del ressarcimento del danno nei contratti nulli o non giunti a perfezione*, Napoli, Jovene, 2005.

_____, *Culpa in contrahendo, oder Schadensersatz bei nichtigen oder nicht zur Perfektion gelangten Verträgen*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* IV (1861), pp. 1-112, trad. port. de MOTA PINTO, Paulo, *Culpa in contrahendo ou indemnização pelos contratos nulos ou não chegados à perfeição*, Coimbra, Almedina, 2008.

_____, *Das Schuldmoment in römischen Privatrecht*, 1867, trad. fr. de MEULENAERE, Octave, *Études complémentaires de L'Esprit du Droit Romain – I: De la faute en Droit Privé*, Paris, A. Marescq, 1880.

_____, *Der Kampf um's Recht*, 14^a ed., Wien, Manz'sche und Universitäts, 1900.

_____, *Der Kampf um's Recht*, 14^a ed., Wien, Manz'sche und Universitäts, 1900, trad. port. de Richard PAUL NETO, *A luta pelo direito*, edição bilíngue, Rio de Janeiro, Rio, 1978.

_____, *Der Zweck im Recht*, v. 2, Breitkopf & Härtel, Leipzig, 1886.

_____, *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, I, Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1866.

_____, *Gesammelte Aufsätze aus den Jahrbüchern für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts*, v. 1, Jena, 1881, pp. 327-245

_____, *Mitwirkung für fremde Rechtsgeschäfte*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* I (1857), pp. 273-350.

_____, *Scherz und Ernst in der Jurisprudenz*, 1884, trad. it. de LAVAGGI, Giuseppe, *Serio e faceto nella giurisprudenza*, Firenze, Sansoni, 1954.

_____, *Unsere Aufgabe*, in *Jahrbücher für die Dogmatik des heutigen römischen und deutschen Privatrechts* I (1857), pp. 1-52.

KASER, Max, *Das Römische Privatrecht, Erster Abschnitt – Das altrömische, das vorklassische und klassische Recht*, 2^a ed., München, Beck, 1971.

_____, *Das Römische Privatrecht, Zweiter Abschnitt – Die nachklassischen Entwicklungen*, 2^a ed., München, Beck, 1975.

_____, *Römisches Privatrecht*, 1992, trad. port. de RODRIGUES, Samuel, e HÄMMERLE, Ferdinand, *Direito privado romano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1999.

KASER, Max; KNÜTEL, Rolf, *Römisches Privatrecht*, 18^a ed., München, Beck, 2005.

KESSLER, Friedrich; FINE, Edith, *Culpa in contrahendo, bargaining in good faith, and freedom of contract: a comparative study*, in *Yale Law Review* 77 (1964), pp. 401-449.

KUNZE, Michael, *Rudolf von Jhering – ein Lebensbild*, in BEHRENDT, Okko (ed.), *Rudolf von Jhering, Beiträge und Zeugnisse: aus Anlaß der einhundertsten Wiederkehr seines Todestags am 17.9.1892*, 2^a ed., Göttingen, Wallstein, 1993, pp. 11-28.

- KUONEN, Nicolas, *La culpa in contrahendo: un colosse aux pieds d'argile? – Une exegese de Modestinus D. 18, 1, 62, 1*, in *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis* 73 (2005), pp. 267-278.
- LANDUCCI, Lando, *Il regresso nelle obbligazioni correali – studio di diritto romano*, Padova, F. Sacchetto, 1888.
- LARENZ, Karl, *Culpa in contrahendo, Verkehrssicherungspflicht und 'sozialer Kontakt'*, in *MDR* 9 (1954), pp. 515-518, trad. port. de FRITZ, Karina Nunes, *Culpa in contrahendo, dever de segurança no tráfico e “contato social”*, in *RT* 34 (2008), pp. 343-352.
- _____, *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*, 1960, trad. port. de LAMEGO, José, *Metodologia da ciência do direito*, 7ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2014.
- LÉON, Maria Etelvina de las Casas, *De inutilibus stipulationibus*, Tese, Universidad de Laguna, 2001.
- LONGO, Carlo; SCHERILLO, Gaetano, *Storia del Diritto Roman – Costituzione e fonti del diritto*, Milano, Giuffrè, 1970.
- LOPES, Luis Seabra, *A cultura da medição em Portugal ao longo da história*, in *Educação e Matemática* 84 (2005), pp. 42-48. Disponível em <http://www.spmet.pt/medidas_edimat.pdf>
- LOSANO, Mario G., *Il centenario dela morte di Rudolf von Jhering (1818-1892)*, in *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno* 21 (1992), pp. 89-96.
- _____, *Prefazione*, in JHERING, Rudolf von, *Der Zweck im Recht*, 1884, trad. it. de M. G. LOSANO, *Lo scopo nel diritto*, v. 1, Torino, Nino Aragno, 2014.
- MAGALHÃES, Ana Alvarenga Moreira, *O erro no negócio jurídico – autonomia da vontade, boa-fé objetiva e teoria da confiança*, São Paulo, Atlas, 2011.
- MARGADANT S., Guillermo Flores, *El derecho privado romano – como introducción a la cultura juridica contemporanea*, 16ª ed., Naucalpan, Esfinge, 1989.
- MARCHI, Eduardo C. Silveira, *Guia de Metodologia Jurídica - Teses, Monografias e Artigos*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.
- MARKY, Thomas, *Curso Elementar de Direito Romano*, 8ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008.
- MARINELLI, Damiano; BARRETTA, Andrea, *Studio sulle figure giuridiche della responsabilità*, Roma, Aracne, 2012.

MARTÍNEZ, Gema Tomás, *Naturaleza de la responsabilidad precontractual (culpa in contrahendo) en la armonización jurídica europea*, in *Revista de Derecho Universidad Católica del Norte* 17:1 (2010), pp. 187-210.

MARTINS, António Carvalho, *Responsabilidade pré-contratual*, Coimbra, Coimbra, 2002.

MARTINS-COSTA, Judith, *A boa-fé no direito privado – Sistema e tópica no processo obrigacional*, São Paulo, RT, 1999.

MAURO, Antonio de; FORTINGUERRA, Fabio, *La responsabilità precontrattuale*, Padova, CEDAM, 2002.

MENDONÇA, Manoel Ignácio Carvalho de, *Doutrina e pratica das obrigações ou Tratado geral dos direitos de credito*, Curitiba, Paranaense, 1908.

METZGER, Ernst, *Remarks on David Daube's lectures on sale, with special attention to the liber homo and res extra commercium*, in METZGER, Ernst (ed.), *David Daube: a centenary celebration*, Glasgow, Traditio Iuris Romani, 2010, pp. 101-118.

MILAZZO, Antonio, *Res in Commercio and Res Extra Commercium: Reflections of Romans Jurists and Categories of Modern Law*, in *İnönü Üniversitesi Hukuk Fakültesi Dergisi Özel Sayı Cilt I* (2015), pp. 253-286.

MOLINA, Luis de, *De iustitia et iure opera omnia*, t. II, Coloniae Allogrobum, 1733.

MOMMSEN, Friedrich, *Beiträge zum Obligationenrecht*, v. 1, Braunschweig, Schwetschke, 1853.

_____, *Die Unmöglichkeit der Leistung in ihrem Einfluß auf obligatorische Verhältnisse*, Braunschweig, Schwetschke, 1853.

_____, *Ueber die Haftung der Contrahenten bei der Abschließung von Schuldverträgen*, Braunschweig : Schwetschke, 1879.

MORATO, Antonio Carlos, *Codificação e descodificação: uma análise acerca do tema*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 98 (2003), pp. 95-120.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *Direito romano*, 14^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

_____, *Universidade, cultura e direito romano*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 87 (1992), pp. 39-63.

MOTA PINTO, Paulo, *Interesse contratual negativo e interesse contratual positivo*, v. 1, Coimbra, Coimbra, 2008.

MOTA PINTO, Carlos Alberto da, *Responsabilidade pré-negocial*, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966, pp. 143-248.

MURGA, José Luis, *La venta de la 'res divini iuris' en el derecho romano tardío*, Santiago de Compostella, Universidad de Santiago de Compostella, 1971.

_____, *Nulidad o ilicitud en la enajenación de las "res sacrae"*, in *Anuario de Historia Del Derecho Español* 41 (1971), pp. 555-638.

NOMURA, Hitoshi, *Hermann von Ihering (1850-1930) – o Naturalista*, in *Cadernos da História da Ciência – Instituto Butantan* VIII (2012), pp. 9-60.

ORESTANO, Ricardo, *Africano Sesto Cecilio*, in *Novissimo Digesto Italiano* I (1957), p. 392.

_____, *Licinnio Rufino*, in *Novissimo Digesto Italiano* IX (1963), p. 917.

_____, *Modestino Erennio (Modestinus Erennius)*, in *Novissimo Digesto Italiano* X (1963), p. 819.

_____, *Paolo (Julius Paulos)*, in *Novissimo Digesto Italiano* XII (1965), pp. 362-363.

_____, *Papiniano Emilio*, in *Novissimo Digesto Italiano* XII (1965), pp. 364-365

_____, *Pomponio Sesto*, in *Novissimo Digesto Italiano* XIII (1966), p. 261.

_____, *Ulpiano (Domitius Ulpianus)*, in *Novissimo Digesto Italiano* XIX (1973), pp. 1106-1107.

PLATNER, Samuel Ball, *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*, London, Oxford University, 1929.

PARESCCE, Enrico, *Jhering, Rudolf (von)*, in *Novissimo Digesto Italiano* VIII (1957), pp. 151-152.

_____, *Savigny, Friedrich Karl (von)*, in *Novissimo Digesto Italiano* XVI (1969), pp. 663-665.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de Direito Civil*, v. 1, 26^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2013.

PEREIRA, Regis Fichtner, *A responsabilidade civil pré-contratual – Teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações contratuais*, Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de Direito Privado*, t. II, Campinas, Bookseller, 2000.

_____, *Tratado de Direito Privado*, t. XXXVIII, Campinas, Bookseller, 2005.

POPP, Carlyle, *Responsabilidade civil pré-negocial – o rompimento das tratativas*, Curitiba, Juruá, 2001.

POTHIER, Robert Joseph, *Les loix civiles dans leur ordre naturel*, t. I, Paris, Drlalain, 1777.

_____, *Traité du Contrat de Vente, selon les regles tant du for de la conscience, que du for extérieur*, t. I, Paris/Orleans, Debure/Rouzeau-Montaut, ed. rev., 1772.

POUSADA, Estevan Lo Ré, *A recepção do Direito Romano nas Universidades: glosadores e comentadores*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* 106/107 (2011/2012), pp. 109-117.

PRATA, Ana, *Notas sobre a responsabilidade pré-contratual*, Coimbra, Almedina, 2005.

PROCCHI, Federico, *‘Licet emptio non teneat’ – Alle origini delle moderne teoriche sulla cd. ‘culpa in contrahendo’*, Milano, CEDAM, 2012.

_____, *Roman contracts and the construction of fault in their formation*, in MCGINN, Thomas A. J. (ed.), *Obligations in Roman Law: Past, Present and Future*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2012, pp. 76-101.

_____, *Rudolf Von Jhering: gli obblighi precontrattuali di (auto) informazioni e la presunzione assoluta di ‘culpa’ in capo al ‘venditor’*, in *Teoria e Storia del Diritto Privato (TSDP)* III (2010), pp. 1-39.

PUFENDORF, Samuel Freiherr von, *De iure naturae et gentium – Libri octo*, Londini Scanorum, 1672.

RABBELO, Alfredo Mordechai, *La base romanística dela teoria di Rudolph von Jhering sulla culpa in contrahendo*, in *Ius Antiquum* 20 (2007), pp. 154-174. Disponível em: < <http://www.dirittoestoria.it/iusantiquum/articles/Rabello-Ius-Antiquum-20-2007.htm>>.

RAMÍREZ, Catalina Salgado, *Consideraciones históricas acerca de la responsabilidade precontractual antes de Rudolf von Jhering. Aproximación doctrinal*, in *Revista de Derecho Privado* 22 (2012), pp. 277-298.

REALE, Miguel, *Exposição de motivos do senhor Ministro de Estado da Justiça*, in *Novo Código Civil Exposição de Motivos e Texto Sancionado*, 2ª ed., Brasília, 2005, p. 28. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70319/743415.pdf> >

?sequence=2>.

RICHELMANN, Heinrich, *Der Einfluss des Irrthums auf Verträge*, Hannover, Helwing, 1837.

RICHTER, Giorgio Stella, *La responsabilità precontrattuale*, Torino, UTET, 1997.

RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins; MADEIRA, Hécio Maciel França, *Introdução ao latim jurídico – Lucerna Iuris*, São Paulo, Quartier Latin, 2005.

RODRIGUES, Silvio, *Direito civil – Dos contratos e das declarações unilaterais da vontade*, v. III, 11ª ed., São Paulo, Saraiva, 1961.

RUSSO JÚNIOR, Rômulo, *Responsabilidade pré-contratual*, Salvador, Jus Podvim, 2006.

SANFILIPPO, Cesare, *Istituzioni di diritto romano*, 10ª ed., Soveria Mannelli, Rubbettino, 2002.

SANTOS, Francisco J. Andrés, *Brevissima storia della critica interpolazionistica nelle fonti giuridiche romane*, in *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, XXXIII, Valparaíso, Chile, 2011, pp. 65-120.

SARGENTI, Manlio, *Appunti sull'esperibilità dell'azione contrattuale nella compravendita*, in *Studi in onore di Vincenzo Arangio-Ruiz nel XLV anno del suo insegnamento*, v. II, Napoli, Jovene, 1953, pp. 233-249.

SAVIGNY, Friedrich Carl von, *Das Obligationenrecht als Theil des heutigen römischen Rechts*, v. 2, Berlin, Veit und Comp, 1853.

_____, *System des heutigen Römischen Rechts*, v. 3, Berlin, Veit und Comp., 1840.

_____, *System des heutigen Römischen Rechts*, v. 3, 1840, trad. esp. de DURÁN Y BAS, Manuel, *Sistema del Derecho Romano Actual*, v. 2, 2ª ed., Madrid, Góngora, 1924.

SCIALOJA, Vitorio, *Due interpretazioni in materia di servitù*, in *BIDR I* (1889), pp. 165-181.

SCHIAVONE, Aldo, *Studi sulle logiche dei giuristi romani*, Napoli, Jovene, 1971.

SCHMIDT, Joanna, *La période précontractuelle en droit français*, in *Revue internationale de droit comparé* 42 (1990), pp. 545-566.

SCONAMIGLIO, Mario, *Note sulla teoria dell'errore nel diritto romano*, in *Rivista della Scuola superiore dell'economia e delle finanze* (2006), pp. 1-15. Disponível em: <

<http://www.rivista.ssef.it/www.rivista.ssef.it/site633b.html?page=20051124105635812&edition=2005-12-01> >.

SCHWEPPE, Albrecht, *Das römischen Privatrecht in seiner heutigen Anwendung*, v. III, 4^a ed., Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1831.

SCHERMAIER, Martin Josef, *Error, falsa representación y deberes precontractuales de información: la tradición del 'civil law'*, in *Revista de Derecho Privado* 23 (2012), pp 53-76.

_____, *Impossibilia nulla obligatio est - Vorverständnis, Begriff und Gegenstand der Unmöglichkeit der Leistung im römischen Recht*, in *Annali Del Dipartimento Di Storia Del Diritto - Università di Palermo* LI (2006), pp. 241-268.

SERPA LOPES, Miguel Maria de, *Curso de direito civil*, v. III, São Paulo, Freitas Bastos, 1960.

SILVA, Eva Sónia Moreira da, *Da responsabilidade pré-contratual por violação dos deveres de informação*, Coimbra, Almedina, 2003.

SMITH, Munroe, *Four German Jurists*, in *Political Science Quarterly* X (1895), pp. 664-692.

STEIN, Peter, *Roman Law in European History*, Cambridge, Cambridge University, 1999.

TALAMANCA, Mario, *Elementi di diritto privato romano*, 2^a ed., Milano, Giuffrè, 2013.

_____, *Instituzioni di Diritto Romano*, Milano, Giuffrè, 1990.

_____, *Vendita (dir. rom.)*, in *ED XLVI* (1993), pp. 303-475.

THÖL, Heinrich, *Das Handelsrecht*, v. 1, Göttingen, Dieterich, 1841.

THOMASIIUS, Christian, *Institutionum jurisprudentiae divinae libri tres*, Halae, Salfeld, 1694.

TURCO, Claudio, *Interesse negativo e responsabilità precontrattuale*, Milano, Giuffrè, 1990.

_____, *L'interesse negativo nella culpa in contrahendo: verità e distorsioni della teoria di Jhering nel sistema tedesco e italiano*, in *XXI Congresso dell'Associazione per gli scambi culturali tra giuristi italiani e tedeschi su "Problemi attuali della responsabilità e dell'illecito in Italia e in Germania"*, Università degli Studi di Catania, 2006, pp. 1-30.

VANGEROW, Karl Adolf von, *Lehrbuch der Pandekten*, t. I, 7^a ed., Marburg, 1863.

- VELASCO, Ignacio Maria Poveda, *Proteção do comprador no Direito Romano*, São Paulo, Cultural Paulista, 2002.
- VICENTE, Dario Moura, *Da responsabilidade pré-contratual em direito internacional privado*, Coimbra, Almedina, 2001.
- VOCI, Pasquale, *Error (Diritto Romano)* in *Enciclopedia del Diritto* XV (1966), pp. 229-235.
- WATSON, Alan, *The Digest of Justinian*, v. 1-4, ed. rev., Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1998.
- WÄCHTER, Karl Georg von, *Handbuch des im Königreiche Württemberg geltenden Privatrechts*, v. 2, Stuttgart, I. D. Mehler'schen Kuchhandlung, 1842.
- WIEACKER, Franz, *Privatrechtsgeschichte der neuzeit unter besonderer berücksichtigung der deutschen Entwicklung*, 1967, trad. port. de BOTELHO HESPAÑA, António Manuel, *História do Direito Privado Moderno*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- ZANETTI, Cristiano de Sousa, *Responsabilidade pela ruptura das negociações*, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2005.
- ZIMMERMANN, Reinhard, *Civil law in European Codes*, in MACQUEEN, Hector L.; VAQUER, Antoni; ESPIAU, Santiago (eds.), *Regional Private Laws and Codification in Europe*, New York, Cambridge, 2003.
- _____, *The Law of Obligations – Roman Foundations of the civilian tradition*, Oxford University, Oxford, 1996.

ÍNDICE DAS FONTES

A) FONTES ROMANAS

A.1) *CORPUS IURIS CIVILIS*

Institutiones Iustiniani

2, 20, 4: 71.
2, 1, 1: 72.
2, 1, 7: 72.
2, 1, 8: 72.
2, 1, 9: 72.
2, 1, 10: 72.
3, 23, 5: 41, 42, 55, 60, 61, 75, 76,
78, 89, 90, 94, 96, 97, 98, 113, 114,
116, 118, 123, 125, 127, 128, 129,
131, 137, 143, 189, 190.

Digesta

1, 2, 2, 53: 76.
1, 8, 1 pr.: 72.
1, 8, 2: 72.
1, 8, 8 pr.: 72.
1, 8, 6, 2: 72.
1, 8, 6, 3: 72.
1, 8, 6, 4: 72.
1, 8, 6, 5: 72.
2, 1, 15: 64.
3, 2, 18: 106, 130.
4, 1, 7, 1: 104, 105, 130.
4, 3, 1 pr.: 33.
4, 3, 1, 1: 38.
4, 3, 1, 2: 102.
4, 3, 37: 102, 103, 130.
4, 3, 40: 103, 130.
4, 4, 19: 106, 130.
4, 4, 44: 104.
5, 1, 2 pr.: 64.
7, 5, 10, 1: 85.
9, 2, 1, 1: 37.
9, 2, 2 pr.: 37.
9, 2, 27, 5: 37.
10, 3, 6, 1: 47.
10, 3, 11: 47.
10, 3, 14, 1: 47.
11, 7, 8, 1: 17, 41, 42, 47, 56, 60,
61, 75, 76, 77, 89, 90, 91, 93, 96,
98, 116, 128, 139, 189, 190.
12, 1, 5: 110.
12, 1, 12: 43.

12, 1, 37: 85.
12, 4, 9, 1: 106, 107, 130.
12, 6, 14: 88.
14, 3, 1: 135.
16, 1, 27, 1: 55, 118.
17, 2, 19: 109.
17, 2, 20: 109.
17, 2, 23 pr.: 109, 111, 130.
18, 1, 1, 2:
18, 1, 4: 53, 54, 55, 64, 81, 83, 84,
86, 88, 112, 113, 114, 116, 118,
127, 128, 131, 138, 141.
18, 1, 5: 83, 84, 113, 115, 128, 131,
138.
18, 1, 6 pr.: 15, 53, 54, 55, 71, 81,
83, 84, 88, 113, 114, 116, 118,
127, 138.
18, 1, 8 pr.: 68.
18, 1, 8, 1: 68.
18, 1, 9 pr.: 64, 65.
18, 1, 9, 2: 64.
18, 1, 10: 99.
18, 1, 11: 64.
18, 1, 14: 64.
18, 1, 15 pr.: 83, 85, 127.
18, 1, 22: 82, 83, 84, 87, 127, 128,
140.
18, 1, 23: 43, 87, 122, 140.
18, 1, 34, 1: 71, 82, 83, 115, 127.
18, 1, 34, 2: 53, 54, 55, 113, 115,
118, 131.
18, 1, 41, 1: 64.
18, 1, 45: 64, 100, 140.
18, 1, 57 pr.: 82, 83, 87, 127, 128.
18, 1, 62, 1: 17, 35, 40, 41, 56, 60,
61, 75, 76, 77, 83, 85, 89, 90, 92,
93, 94, 96, 97, 98, 103, 116, 123,
125, 127, 128, 129, 138, 139, 140,
141, 146, 189, 190, 201.
18, 1, 70: 53, 55, 114, 116, 117,
118, 131.
18, 4, 1: 119, 121, 132.
18, 4, 2 pr.: 120.
18, 4, 7: 43, 119, 120, 122.
18, 4, 8: 17, 35, 41, 42, 56, 60, 61,
75, 76, 77, 88, 119, 120, 121, 132,
146, 189.

18, 4, 9: 17, 35, 41, 43, 60, 61, 75, 76, 77, 88, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 132, 146, 189.
 18, 7, 6 pr.: 85.
 19, 1, 13 pr: 101, 102, 130, 166.
 19, 1, 13, 1: 100, 101.
 19, 1, 13, 2: 101, 102, 124, 125, 132.
 19, 1, 13, 3: 101, 102, 111, 130.
 19, 1, 21 pr.: 55, 85, 89, 100, 128, 129, 137, 139.
 19, 1, 21, 2: 60, 64, 94, 98, 99, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 139.
 19, 2, 19, 1: 49, 107, 130.
 19, 2, 13, 6: 107.
 20, 3, 1, 2: 71.
 21, 1, 1, 2: 103, 105, 106, 130, 142.
 21, 1, 1, 6: 104, 130.
 21, 1, 14, 10: 106.
 21, 1, 23, 1: 44.
 21, 1, 23, 9: 44.
 21, 1, 29, 2: 126.
 21, 1, 38 pr.: 44, 105.
 21, 2, 51, 1: 85.
 21, 1, 60: 44.
 22, 1, 9 pr.: 85.
 30, 39, 10: 71.
 31, 49, 2: 68.
 38, 2, 46: 104, 130.
 39, 3, 20: 104.
 39, 3, 30: 64.
 40, 2, 5: 76.
 40, 13, 4: 53, 54, 55, 113, 115, 117, 118, 131.
 41, 3, 44 pr.: 113, 115, 131.
 44, 1, 7, 1: 106, 107, 130.
 44, 2, 25, 1: 44.
 44, 7, 1, 9: 53, 55, 79, 81, 118.
 44, 7, 35 pr.: 38.
 44, 7, 57: 64.
 45, 1, 34: 71, 79.
 45, 1, 83, 5: 79.
 45, 1, 137, 4: 68.
 47, 2, 62, 5: 48, 108, 111, 130.
 50, 16, 24: 39, 120.
 50, 17, 31: 67.
 50, 17, 62: 39, 120.
 50, 17, 135: 67.
 50, 17, 182: 67.

50, 17, 185: 67.
 50, 17, 188, 1: 67.
 50, 17, 206 : 88.

Codex Iustinianus
 1, 18, 9: 64.

A.2) GAI INSTITUTIONES

2, 1: 70.
 2, 2: 72.
 2, 3: 72.
 2, 86: 117.
 3, 97: 67, 78, 81.
 3, 97a: 67.
 3, 98: 67.
 3, 211: 37.
 4, 15: 88.
 4, 17: 88.

A.3) CICERONE

De Officiis, III, 60: 38.

B) FONTES MODERNAS

B.1) DIREITO ESTRANGEIRO **ALR (1794)**

I, 4, §79: 51, 159.
 I, 5, §284: 50, 159.

ABGB (1811) §878: 51, 159.

CODE CIVIL (1804)
 art. 1.382: 164.
 art. 1.134: 170.

BGB (1900)
 §122: 126, 159.
 §179: 159.
 §241: 162.
 §242: 160, 170.
 §306: 160.
 §307: 160.
 §309: 160.
 §311: 162.

CODICE CIVILE (1942)
 art. 1.337: 163, 178.
 art. 1.338: 163.

CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS (1967)

art. 227º: 164, 175, 178, 180.

B.2) DIREITO BRASILEIRO**CÓDIGO COMERCIAL (1850)**

art. 131: 170.

CÓDIGO CIVIL (1916)

art. 94: 166, 187.

art. 159: 165, 168, 169, 177.

art. 158: 167, 187.

art. 1.082: 166, 187.

art. 1.103: 166, 187.

art. 1.121: 166, 187.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)

art. 1º, III: 171.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (1990)

art. 4º, III: 171.

art. 6º: 171.

art. 8º: 171.

art. 9º: 171, 172.

art. 51, IV: 171.

CÓDIGO CIVIL (2002)

art. 113: 174.

art. 147: 173, 187.

art. 182: 173, 174, 187.

art. 186: 176.

art. 187: 174.

art. 422: 174, 175, 178, 186.

art. 430: 173, 174, 187.

art. 443: 173, 174, 187.

art. 461: 173, 174, 187.

C) ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

I Jornada, enunciado 24: 176.

I Jornada, enunciado 25: 175.

I Jornada, enunciado 26: 174.

III Jornada, enunciado 170: 175.

D) JURISPRUDÊNCIA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

RE 43.951: 169, 181, 183.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REsp. 49.564: 177, 178.

REsp. 1.051.065: 178, 179.

REsp. 1.367.955: 179, 180, 186, 193, 207.

TRIBUNAIS ESTADUAIS

TJDF, Apel. 0001475-22.2014.8.07.0004: 182.

TJES, Apel. 24980146625: 29.

TJPR, Apel. 881119-8: 182.

TJRJ, Apel. 0139306-06.2005.8.19.0001: 181.

TJRS, Apel. 584033179: 183.

TJRS, Apel. 591017058: 173.

TJRS, Apel. 591028295: 172.

TJRS, Apel. 70054089362: 182.

TJSE, AR 2008600394: 184.

TJSP, Apel. 21.821: 169.

TJSP, Apel. 489.046 4/1-00: 181.

TJSP, Apel. 862.427-3: 172.

TJSP, Apel. 883.790-0/2: 181.

TJSP, Apel. 0166582-35.2010.8.26.0100: 185, 187.